

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do jornalista para a cidadania

The new National Curricular Guidelines and the education of the journalist for citizenship

Las nuevas Directrices Curriculares Nacionales y la formación del periodista para la ciudadanía

Recebido em: 16/09/2018
Aceito em: 03/10/2018

RESUMO

Este artigo analisa como os cursos de graduação em Jornalismo no Brasil têm incorporado a formação para a cidadania preconizada nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória com base nos Projetos Pedagógicos de Curso de 28 universidades públicas, identificando-se as estratégias adotadas em cada Instituição de Ensino Superior para formar jornalistas como agentes da cidadania; e isso tendo em vista as mudanças no papel do jornalista diante seus desafios atuais, os quais transcendem a ética da profissão e colocam o acesso à informação e a comunicação como direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Cidadania. Comunicação. Currículo. Ensino de Jornalismo. Jornalismo.

ABSTRACT

This article analyzes how Brazilian undergraduate courses in Journalism have incorporated the education for citizenship advocated in the new National Curricular Guidelines. For this purpose, we carried out an exploratory research based on Pedagogical Projects of 28 public universities and identified the strategies adopted in each Institution of Higher Education to educate journalists as agents of the citizenship, and this considering the changes of the journalist's role facing his current challenges, which transcend the ethics of the profession and place access to information and communication as social rights.

KEYWORDS

Citizenship. Communication. Curriculum. Journalism education. Journalism.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo los cursos de graduación en Periodismo en Brasil han incorporado la formación para la ciudadanía preconizada en las nuevas Directrices Curriculares Nacionales. Para tanto, se realizó una investigación exploratoria con base en los Proyectos Pedagógicos de Curso de 28 universidades públicas, identificándose las estrategias adoptadas en cada Institución de Enseñanza Superior para formar periodistas como agentes de la ciudadanía; y eso teniendo en vista los cambios en el papel del periodista mediante sus desafíos actuales, los cuales trascienden la ética de la profesión y ponen el acceso a la información y a la comunicación como derechos sociales.

PALABRAS CLAVE

Ciudadanía. Comunicación. Currículo. Enseñanza de Periodismo. Periodismo.



Jessica Bazzo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).
jessicabazzo.jor@gmail.com

Claodomilson Braga

Doutor, professor de cursos de graduação e especialização e do mestrado em Comunicação da UFG.
milsonprof@gmail.com

1 INTRODUÇÃO: COMUNICAR PARA A CIDADANIA

No século XXI, o jornalista cumpre seu compromisso com a sociedade ao atuar como mediador da informação e comunicação públicas, assegurando-as aos cidadãos como direitos sociais, e, aliás, direitos estes muito representativos nas sociedades democráticas atuais. Neste contexto, conforme Signates e Moraes (2016), a cidadania se manifesta na comunicação como meio, como um argumento, mecanismo ou instrumento para se conquistar direitos, e também como direito à informação, no sentido de que todo cidadão tem o direito ao acesso às informações sobre suas condicionantes civis, políticas e sociais pelos meios de comunicação públicos.

Conforme Ramos (2005), a comunicação é portadora vitalícia de um direito social, o direito à comunicação, o qual está ainda longe de ser reconhecido como tal e, porém, é cada vez mais concebido como o direito de se comunicar, superando o simples direito de acessar um meio de comunicação ou de ser informado. Segundo o mesmo autor, esse direito à comunicação constitui um prolongamento do progresso constante em direção à liberdade, à democracia e à plenitude da informação – na forma de liberdade de pensamento e expressão, de culto e reunião –, sendo um instrumento fundamental para a cidadania, já traduzido na contemporaneidade das democracias representativas pelo direito dos cidadãos a serem informados e a se comunicarem (RAMOS, 2005, p. 246).

Nesse sentido, Caldas (2005, p. 88) nota como o poder do comunicador e suas atribuições educativas e de formação de opinião podem e devem ser direcionados por uma ética que atravesse a profissão, as instituições e chegue ao cidadão:

O poder do comunicador de fazer e desfazer contextos, de montar e desmontar realidades não pode prevalecer. É preciso recuperar a ética dos indivíduos, dos profissionais, das instituições, do cidadão. Resgatar o sentido público da informação e da responsabilidade social do comunicador.

Caldas (2005, p. 97) reforça ainda que “o jornalismo não pode abrir mão de sua função educativa para formar cidadãos de forma ética”, pois “fazer jornalismo é ter consciência social do papel de formador de opinião pública” (p. 98), e completa: sim, “jornalismo é serviço, mas não apenas, é também formação e reflexão” (p. 100).

Em sentido semelhante, Duarte (2009, p. 105) afirma que “a comunicação é hoje o ponto de partida e de encontro para o processo de reaprendizado da cidadania”, ou seja, o direito à comunicação se torna aí um direito de participação. Contudo, no Brasil, apesar de todos os avanços, o direito à comunicação ainda não se estende a todos e se encontra desigualmente distribuído, ou por desconhecimento desse direito, ou por dificuldade de acesso (e de consumo) ou ainda porque nem todos são ouvidos, ficando à margem e tendo suas vozes silenciadas pelas culturas dominantes.

Retomando o argumento de Duarte (2009), tem-se que a cidadania envolveria certas características básicas ligadas à comunicação, como: a cooperação, a atuação em prol de interesses coletivos, discussões, opiniões conflitantes; e o cidadão comum como sujeito de direito deve ser capaz de opinar e interferir na realidade em que vive. Portanto, no contexto das democracias contemporâneas, “a comunicação surge como uma importante ferramenta na dinâmica de vivência da cidadania” (DUARTE, 2009, p.

111-112), possibilitando o acesso à informação, estimulando debates sobre assuntos de interesse público, dando voz ao cidadão e possibilitando sua participação.

Diante destes deveres democráticos e do quadro atual da produção jornalística em geral, Zuculoto (2017) afirma que o Jornalismo – enquanto espaço privilegiado do fazer comunicativo – vive uma crise de credibilidade, devido à pouca relevância e à baixa qualidade de parte relevantes da informação jornalística produzida, fazendo-se necessário investir em formação e resgatar o Jornalismo que preza pelo interesse público. Desta forma, a autora vê a formação sólida e qualificada, teórica, técnica, ética e deontológica como resposta para suprir tal demanda. Zuculoto (2017) salienta ainda que a formação não deve ser apenas voltada para o mercado, mas sim para que os jornalistas saibam lidar de maneira crítica com os desafios da sociedade atual, uma formação “ancorada na pesquisa e amplificada pelo ensino”, que reafirma o papel social do Jornalismo, que se preocupa com a apuração correta e cuidadosa dos fatos, que é preciso e não omissivo, independentemente de quaisquer interesses políticos e econômicos privados (ou escusos), e, ainda, que seja capaz de produzir informações de interesse público, que proporcione aos seus ouvintes, leitores, espectadores e aos internautas o conhecimento necessário ao exercício da democracia e da cidadania.

Diante do desafio e responsabilidade do jornalista enquanto comunicador, que tem como preceito a divulgação e produção de uma comunicação mais cidadã, e em se partindo de uma perspectiva formativa e não estritamente técnica, tem-se que é necessário voltarmos a atenção à academia, local em que este profissional é formado, e prepará-lo para a missão de comunicar aos cidadãos, de favorecer um resgate ao interesse público nas notícias e de promover a consciência de que a comunicação e a informação são direitos de todos. Desta perspectiva, é a partir de uma formação plural, cidadã e humanista do jornalista para informar e comunicar que o conhecimento em geral poderá, então, ser compartilhado para o empoderamento e como um direito do cidadão. A fim de detectar indícios de como a formação do profissional jornalista no Brasil tem incorporando preceitos e práticas relacionados ao exercício e promoção da cidadania, neste artigo, analisa-se o currículo expresso nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) – aqueles em voga até o primeiro semestre de 2018 – dos cursos de Jornalismo de 28 Instituições de Ensino Superior públicas, e isso tendo em vista o processo histórico de consolidação desta profissão e o advento das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Jornalismo, de 2013, que, entre outras coisas, reforça o papel de agente da cidadania no currículo do jornalista e institui os bacharelados em Jornalismo – um grande passo para a consolidação do Jornalismo como campo de ensino e pesquisa no país.

60

2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO

O Jornalismo nem sempre foi considerado uma profissão de prestígio. Segundo Traquina (2018), tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos da América (EUA), o Jornalismo era considerado como a profissão daqueles que não obtiveram êxito em serem “doutores” – leia-se aí médicos e advogados – e cuja atuação era marcada por problemas relacionados aos baixos salários, por jornadas de trabalho indefinidas e estruturas precárias para o desempenho de sua função, além de uma liberdade de im-

prensa frágil, ou quase que inexistente, a depender do tipo de regime político em vigor; e, por fim, destaca-se padrões éticos questionáveis envolvidos na produção das notícias, aceitando-se inclusive dinheiro para promover marcas ou pessoas em suas “reportagens”.

Para profissionalizar o Jornalismo ou, até mesmo, normatizar a profissão e a atuação dos jornalistas, Traquina (2018) destaca a criação dos clubes, associações, institutos e sindicatos nos EUA e em países da Europa; isso nos anos 1880, quando a atividade era predominantemente amadora. Essas entidades tinham objetivos que incluíam regulamentar a atuação do jornalista, normatizando e debatendo a maneira e as condições de trabalho, desde o salário, a carga horária de trabalho e o resguardo dos profissionais até a qualidade do Jornalismo que deveria ser produzido, buscando elevar o Jornalismo a uma posição importante na sociedade – levantando discussões que se mantêm até hoje, como o debate entre Jornalismo profissional e amador.

Dando seguimento às tentativas de profissionalização do Jornalismo, conforme Traquina (2018, p. 85), os EUA saíram na frente com o desenvolvimento do ensino superior de Jornalismo ainda na segunda metade do século XIX. O curso era voltado à prática com orientações de escrita, edição e impressão e as aulas eram ministradas por jornalistas práticos com vasta experiência em jornais. A formação em Jornalismo então ofertada por universidades estadunidenses estava ligada aos departamentos de Línguas e de Linguística, ou Ciências Sociais e Política, ou a departamentos dentro de faculdades de Ciências Humanas, até que, pouco a pouco, foram surgindo casos de departamentos, escolas ou faculdades de Jornalismo autônomas. Com a criação de programas específicos para o Jornalismo, o curso de formação superior pôde se consolidar e ainda avançar de um curso prático para uma área de ensino e estudos direcionada para a observação, registro e análise quanto às formas de ver o mundo, o que já se notava na pesquisa em Jornalismo e comunicação de massa, e também com as licenciaturas em Jornalismo que se multiplicavam. Logo se abriram programas de mestrado e doutorado em Jornalismo, em universidades nos EUA, os quais vêm se desenvolvendo desde os anos 1940.

Depois dos EUA, foi a vez da França e da Grã-Bretanha despertarem para a formação em Jornalismo, contrariando aqueles que eram contra a educação formal na área, defendendo a ideia de que para ser jornalista era preciso um dom. Seguindo os moldes estadunidenses, uma escola de Jornalismo foi aberta em 1899, na França, sendo a única estabelecida em 25 anos, quando outra escola foi aberta neste mesmo país, e diferentes visões pedagógicas de Jornalismo puderam ser confrontadas. Com a profissionalização e os estudos em Jornalismo, seus modos de fazer tradicionais foram sendo questionados, e, no início do século XX, são divulgados internacionalmente os códigos de honra da profissão, os quais serviram para consolidar mudanças no “como fazer” Jornalismo, tendo a escrita “floreada” dado lugar a uma linguagem mais clara, direta, simplificada, valorizando o sentido político da mensagem; e, a partir de 1900, “toma-se como certo o direito e a obrigação do jornalista de mediar, simplificar, cristalizar e de identificar os acontecimentos políticos no acontecimento noticioso” (TRAQUINA, 2018, p. 91), e não apenas para orientar, mas também na tentativa de estabelecer o Jornalismo como uma profissão, a qual não é exercida por qualquer um e não somente por aqueles a quem se atribui um dom para profissão, mas por aqueles que dominam conhecimentos e práticas relativas ao “como fazer” Jornalismo.

Para Melo (2012), o divisor de águas do Jornalismo é a profissionalização.

Trata-se de um momento em que o exercício da atividade informativa deixa de ser amadora, legitimando-se como ofício, regulado, no plano ético pela corporação profissional, é ordenado, no plano técnico, pelas rotinas instituídas no âmbito da industrial cultural. (MELO, 2012, p. 11)

Ainda conforme Melo (2012), quando a prática jornalística deixa de ser informal e adentra a cognição, passa a ser um “objeto de reflexão e debate”, e, assim, enquanto uma disciplina acadêmica, “sua meta tem sido estimular a crítica das rotinas vigentes do sistema produtivo, influenciando na atualização, dinamização ou reinvenção da práxis” (p. 12). Conforme o autor, no Brasil, a “práxis jornalística” adquire certa profundidade ainda na metade do século XIX, quando a liberdade de imprensa vigora, influenciando assim a opinião pública.¹ Paralelamente, nessa época, acontece também o despertar do interesse dos intelectuais “pelo conhecimento da trajetória do jornalismo nacional, configurando o nascimento da pesquisa” (p. 14) neste campo. No caso, estes estudos advieram de iniciativas de “jornalistas-historiadores, que transitam regularmente entre os institutos históricos (onde se legitimam academicamente) e as redações de jornais (onde conquistam o reconhecimento público)” (p. 14). Com o passar do tempo e com o avanço destes estudos, “o jornalismo deixa de ser pesquisado a partir do suporte tecnológico – a imprensa – passando a ser entendido como processo sócio-político-econômico” (p. 15). Desta forma, ainda de acordo com Melo (2012, p. 13), a exemplo do que aconteceu na Europa e nos EUA, ainda que tenha se tornado tema de pesquisa já no século XIX, é só em meados do século XX que o Jornalismo se estabelece enquanto uma área de conhecimento no Brasil, o que se deu, principalmente, a partir da fundação de dois cursos superiores em Jornalismo, um em São Paulo, em 1947, e outro no Rio de Janeiro, em 1948.

Segundo Melo (2015), com pouco mais de seis décadas de experiência na formação universitária de jornalistas e com a construção de uma matriz pedagógica que confere singularidade no panorama mundial, ao unir os modelos estadunidense e Europeu em uma formação crítico-experimental de ensino-pesquisa, o Brasil criou...

[...] uma matriz didático-científica autônoma, refletindo melhoria na competência pedagógica e na capacidade investigativa em instituições de vanguarda. Trata-se de modelo mestiço, como o é a nossa cultura nacional, sedimentado no tripé conhecer, experimentar, pesquisar. (MELO, 2015, p. 14)

Contudo, Melo (2015) sugere melhorias no ensino do Jornalismo, e, além de destacar o papel dos laboratórios e do contato prático com o ambiente da profissão, pondera sobre mudanças necessárias no sentido de que haja mais vontade política e compromisso educativo das universidades, e um ensino que promova maior interação entre os acadêmicos e a sociedade.

É possível observar que, com o passar do tempo e tendo o Jornalismo adquirido maior complexidade, e isso em função principalmente da convergência midiática e das transformações da sociedade contemporânea em relação à democracia e também à comunicação digital, torna-se urgente repensar as estratégias e objetos investigativos

¹ Mais sobre “opinião pública” se pode encontrar em Lippmann (2017, p. 40).

dos educadores e pesquisadores em Jornalismo, colocando-se em sintonia com as prioridades cognitivas e culturais do século XXI.

3 DA NÃO OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA E DO BACHARELADO EM JORNALISMO

Pereira e Maia (2016) discutem que, no Brasil, durante 40 anos (1969-2009), para se exercer a profissão de jornalista no Brasil era exigido um diploma superior, o que era regulamentado pela Lei 972/1969 e também defendido pelos sindicatos de categoria. Tal exigência fez com que houvesse um aumento significativo na oferta de cursos superiores em Jornalismo a partir de então. Segundo dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2018c), atualmente, existem no país 420 cursos de bacharelado em Jornalismo, presenciais e em atividade, e, destes, 355 estão ligados a instituições privadas e apenas 65 a instituições públicas e de ensino gratuito.

Pereira e Maia (2016, p. 39) criticam a Lei que regulamentava a profissão do jornalista anteriormente, pois à época “não se preocupou em estabelecer parâmetros comuns à profissão, mas se limitou a descrever as condições de acesso e prever um conjunto de atividades cujo exercício seria privativo aos jornalistas”, deixando de fora, inclusive, aspectos relativos à identidade profissional e prática do jornalista.

Apresentando um histórico das circunstâncias que levaram, em 2009, ao fim da exigência do diploma superior em Jornalismo para exercício da profissão, tem-se que o processo legal resulta de um julgamento do Supremo Tribunal Federal, e mediante uma ação movida pelo Ministério Público de São Paulo, em 2001, tendo a 16ª Vara Federal do Estado decidido pela não obrigatoriedade do diploma na ocasião. Após a decisão, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e a União recorreram, e, em 2005, a decisão foi revogada em primeira instância. Diante disso, o julgamento sobre a obrigatoriedade ou não do diploma coube ao Supremo Tribunal Federal em resposta a um recurso do Ministério Público Federal (MPF) e do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (SERTESP). (PEREIRA; MAIA, 2016, p. 39)

A obrigatoriedade da formação superior em Jornalismo foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 17 de junho de 2009, por 8 votos a 1. Ao decidirem pelo fim da exigência do diploma, os ministros do STF se utilizaram de argumentos de ordem jurídica (em torno da constitucionalidade de um decreto instituído durante o regime militar e da forma como isso feria o direito à liberdade de expressão), como também se preocuparam em definir o jornalismo, visto como uma profissão exercida por pessoas que possuíam “intimidade com a palavra” ou “olho clínico”. Durante o julgamento, o jornalismo foi comparado pelo relator do processo e então presidente do STF, Gilmar Mendes, a uma atividade semelhante à culinária, moda ou costura e que, por isso, prescindiria de uma formação superior. (PEREIRA; MAIA, 2016, p. 40)

Pereira e Maia (2016) destacam que o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão representou uma séria “ruptura”, “em que se questiona um importante mecanismo de reconhecimento das etapas formais de atribuição do status de jornalista” (p. 45), e um “impacto no trabalho e na prática jornalística (em termos de ‘qualidade da informação’) e os efeitos em termos de discurso identitário” (p. 45).

Dentre os impactos ocorridos desde o fato, segundo os autores, destacam-se: a redução no número de formações em Jornalismo ofertadas por instituições de ensino privadas e a diminuição de registros profissionais de jornalista. Mas destacam também que as empresas ainda optam por contratar profissionais formados. E, nesse sentido, colocam os autores que, embora o impacto de tal decisão parecesse pequeno naquele momento, a profissão e a identidade do jornalista seguiram sendo um assunto central de discussão na área, colocando a necessidade da competência técnica, de formação intelectual e humanista (PEREIRA; MAIA, 2016), argumento fortalecido com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação em Jornalismo, aprovadas em 2013.

Segundo a Resolução nº 1 de 27 de setembro de 2013, do MEC, por meio do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo, não mais como habilitação da Comunicação Social, mas, a partir de então, como o bacharelado, o curso deve contribuir com uma formação que vise o exercício da cidadania e o desenvolvimento social local, ou seja, tendo em conta as singularidades da região onde se insere. Neste documento, a cidadania está orientada em um eixo específico da Educação em Jornalismo, a saber, o Eixo de Fundamentação Humanística. Segundo a Resolução, o bacharel em Jornalismo deve estar apto a atuar como um agente de cidadania, considerando a complexidade e pluralismo da sociedade contemporânea, e, para isso, o graduando deve conhecer o processo histórico vivo de consolidação da cidadania, os seus fundamentos e as suas conquistas, bem como compreender e valorizar o papel do Jornalismo para a democracia e o exercício da cidadania.

4 O QUE OS NOVOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO DIZEM SOBRE A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA?

Para descobrir como as novas Diretrizes Curriculares Nacionais e, em especial, como a orientação de uma formação cidadã têm sido incorporadas nas faculdades de Jornalismo é necessário voltar o olhar aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) – ou político pedagógicos – e avaliar como estes têm direcionado a formação e mediante quais estratégias curriculares.

No recorte desta pesquisa, foram selecionados os cursos de Bacharelado em Jornalismo, gratuitos, presenciais e em atividade, tomando como referência aqueles cursos cujas Instituições de Ensino Superior (IES) federais e estaduais sinalizaram, em pesquisa exploratória realizada para este fim, terem incorporado as novas diretrizes curriculares. A saber, em junho de 2018, totalizaram 44 (IES) conforme o e-MEC, destes, 30 disponibilizaram o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), sendo que 28 estão atualizados, compondo então recorte da presente pesquisa.²

² Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa

A escolha das IES públicas se deu principalmente por se entender ou pressupor que estas teriam documentação publicamente disponível e logo de fácil acesso, ao que orienta a Lei de Acesso à Informação (LAI). E, como estratégia de análise e exposição dos dados encontrados, os cursos foram identificados por IES e agrupados segundo semelhanças no que tange às suas estratégias de incorporação das orientações das novas DCNs relacionadas à formação cidadã do jornalista em seus currículos e PPCs.

Iniciando a análise, tem-se que UEPB, UERN, UFAC, UFMS, UFPEL, UFPR, UFRGS, UFRRJ, UFSC, UFT, UFU, UnB, UNEMAT, UNIFAP, UNIPAMPA e UNIR mencionam explicitamente o referido Eixo de Fundamentação Humanística, em que se “tem por objetivo capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania”, conforme orientação da Resolução nº 1/2013, que institui as novas Diretrizes Curriculares do Bacharelado em Jornalismo.

Também seguindo as orientações da Resolução, UEMG, UEPG, UERN, UFAC, UFAL, UFG, UFMS, UFOP, UFRGS, UFRRJ, UFS, UFSC, UFT, UFU, UNEMAT, UNICENTRO, UNIFAP, UNIPAMPA e UNIR citam explicitamente a formação dos estudantes no sentido de estarem aptos a compreender e valorizar o processo de formação histórico e as conquistas da cidadania, ressaltando fundamentos éticos e de postura profissional, formando profissionais que saibam valorizar o papel do Jornalismo na democracia e no exercício da cidadania.

UEPG, UERN, UFAL, UFG, UFMS, UFPEL, UFRN, UFRRJ, UFS, UFSC, UFT, UFU, UnB, UNESP, UNIFAP, UNIPAMPA, UNIR e USP esperam que, com uma formação ética, humanista, plural e crítica, e que possibilite informar e defender os interesses dos cidadãos, os egressos dos cursos de Jornalismo estejam aptos a atuar como “agentes da cidadania”.

UEMG, UERN, UFG, UFPR, UFSM, UFMG, UnB, UNESP e UNIPAMPA preveem em seus Projetos Pedagógicos atividades de extensão como foco na cidadania, integrando desta forma, a sociedade e comunidade universitária, favorecendo debates e discussões referentes à cidadania, bem como a pesquisa (e divulgação científica) que contemple esta temática, a fim de que seja possível contribuir com soluções práticas para os problemas da comunidade. Ou como se explicita na página 34 do PPC da graduação em Jornalismo da UFG, de 2015: “Daí ainda a necessidade de integrar graduação e pós-graduação, formar para a cidadania com competência teórica, técnica, tecnológica, ética e estética para atuar criticamente na profissão”.³ UFG e UFAC ainda orientam que o estágio docente também deve ter o foco na cidadania e o veem como uma forma de se integrar Universidade e comunidade.

Maria (UFSM), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade de São Paulo (USP).

³ Tendo em vista que se trata aqui de documentos públicos e notórios, e considerando a disponibilidade de espaço para conteúdo em uma publicação como esta, não foram referenciados ao fim os 28 PPCs e nem a Resolução CNE/CES nº 1 de 27 de setembro de 2013, que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para ensino superior em Jornalismo, mas foram destacados o ano de publicação e página de cada documento quando citado, a fim de permitir aos nossos pares a verificação das informações apresentadas.

UFPEL, UFG, UFRGS, UFRN, UFS, UFT e UnB priorizam em PPCs a contribuição do curso para o desenvolvimento social local da cidadania, valorizando os contextos em que as IES se inserem. Quando se trata de formar tendo em vista especificidades, UNIFAP e UNIR –duas universidades localizadas na Região Norte do país – projetaram seus PPCs de graduação em Jornalismo para estimular os estudantes à reflexão crítica sobre o papel e responsabilidade social do profissional de Jornalismo com o advento da cidadania comunicacional no contexto da Região Amazônica, justificada por uma tendência de regionalização da comunicação.

Outras considerações importantes sobre a cidadania identificadas nos PPCs se dividem entre a relevância do papel do jornalista para a promoção da cidadania, o papel dos professores e a articulação multidisciplinar. Nesse sentido, UFMG e UNESP destacam o papel político do Jornalismo, diante de seu potencial transformador, o qual deve ter suas práticas pautadas em princípios democráticos como formador da cidadania. Também levando em consideração o papel do jornalista, na UFG se destaca as potencialidades do profissional de informar para a cidadania e formar correntes de opinião pública, o que também é discutido na página 38 do PPC da UEPB, que é de 2016, quando destaca a importância de adotar postura ética e compromisso com a cidadania, “no sentido de perceber que o exercício da profissão de jornalista implica informar para formar consciências proativas que interfiram na sociedade a fim de implementar mudanças no âmbito coletivo”.

UFT e UFRGS se destacam por abordarem em seus PPCs de graduação em Jornalismo o caráter cidadão da educação em si. No PPC da UFT, de 2014, entende-se a educação como bem público, e no PPC da UFRGS, de 2016, cita-se o art. 205 da Constituição brasileira, em que a educação é tida como um direito de todos, e que deve ser promovida e incentivada para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Como instituição pública, a UFRGS destaca na página 233 do PPC da graduação em Jornalismo que a formação deve se voltar para o desenvolvimento de uma cidadania “ressignificada pela lógica de uma sociedade plural e solidária, capaz de levar à participação/integração de todos nos vários níveis cívicos”.

Outra maneira encontrada para entender como estaria se dando na prática a formação cidadã dos futuros jornalistas foi identificar as disciplinas relacionadas à cidadania, conforme nomes e ementas destas, que integram também os PPCs. As quais estão identificadas abaixo:

QUADRO 1 – DISCIPLINAS RELACIONADAS À CIDADANIA POR UNIVERSIDADE

UEMG	Jornalismo Comunitário, Regional e Local (3º Período, obrigatória) e Políticas Públicas de Comunicação; Direitos Humanos e Ética Jornalística (optativas)
UEPB	Comunicação e Desenvolvimento Regional (6º período, obrigatória), Ética e Direitos Humanos (1º período, obrigatória), Observatório de Mídia (7º período, obrigatória), Comunicação Comunitária (eletiva), Comunicação Pública (eletiva) e Jornalismo Independente (eletiva)
UEPG	Jornalismo, Políticas Públicas e Cidadania (2º Semestre, obrigatória)
UERN	Comunicação e Cidadania (2º Período), Imprensa Comunitária e Jornalismo Político (Optativas)
UFAC	Ética; Legislação e Políticas de Comunicação (obrigatórias); Comunicação Comunitária (optativa).
UFAL	Jornalismo e Política (obrigatória) e Comunicação e Desenvolvimento Social (tronco comum)
UFG	Cidadania e Direitos Humanos (1º período, obrigatória)

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do jornalista para a cidadania

UFMG	Introdução à Teoria Democrática (3º período, obrigatória), Comunicação e Política (optativa),
UFMS	Mídia, Cidadania e Tecnologias (7º semestre, obrigatória)
UFOP	Mídia e Cidadania no Brasil (eletiva)
UFPEL	Comunicação e Cidadania (6º semestre, obrigatória), Jornalismo Comunitário (a partir do 4º semestre, optativa)
UFPR	Comunicação e Cidadania (5º período, obrigatória), Comunicação Popular e Alternativa (optativa)
UFRGS	Comunicação e Cidadania (3ª etapa, obrigatória); Arquivos, Memória e Direitos Humanos (eletiva), Cultura, Cidadania e Ambiente (eletiva), Jornalismo e Economia (eletiva), Introdução a Políticas Públicas (eletiva)
UFRN	Comunicação e Cidadania (optativa); Mídia, Identidade e Cidadania (optativa).
UFRRJ	Comunicação e Cidadania (5º período, obrigatória)
UFS	Servidor inacessível
UFSC	Estado e Políticas Públicas (1º período, obrigatória); Problemas Sociais Brasileiros (4º período, obrigatória), Jornalismo, Cidade e Ambiente (5º período, obrigatória) e Formação Histórica na Atualidade Brasileira (7º período, obrigatória), Estados e Políticas Públicas (optativa)
UFSM	Comunicação, Cidadania e Ambiente (2º período, obrigatória)
UFT	Jornalismo e Cidadania (4º período, obrigatória)
UFU	Políticas Públicas de Comunicação e Educação (6º período, obrigatória)
UnB	Ética e Jornalismo (2º período, obrigatória); Comunicação e Sociedade (5º período, obrigatória); Políticas de Comunicação (6º período, obrigatória); Jornalismo Local (4º período, optativa); Comunicação Comunitária (3º período, obrigatória);
UNEMAT	Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais (eletiva), Ética e Legislação Jornalística (6º semestre)
UNESP	Pensamento Jornalístico na América Latina (4º período, obrigatória), Sociologia e Comunicação (2º período, obrigatória), Estado e Sociedade no Brasil Contemporâneo (6º período, obrigatória)
UNICENTRO	Comunicação e Cidadania (obrigatória), Jornalismo Especializado (obrigatória), Jornalismo e Terceiro Setor (optativa)
UNIFAP	Comunicação política (4º período, obrigatória), Laboratório de Comunicação Comunitária (5º período, obrigatória), Formação Sociocultural da Amazônia (7º período, obrigatória)
UNIPAMPA	Legislação e ética em jornalismo (6º período, obrigatória), Jornalismo Ambiental (componente complementar da graduação), Jornalismo Comunitário (componente complementar da graduação)
UNIR	Realidade brasileira contemporânea (1º semestre, obrigatória), Realidade Regional em Comunicação (3º semestre, obrigatória), Comunicação comunitária (7º semestre, obrigatória)
USP	Ética (2º período, obrigatória)

Fonte: Os autores (2018)

Das 28 IES que disponibilizaram os PPCs, em 27 foi possível visualizar as ementas das disciplinas, e todas adaptaram disciplinas para contemplar a abordagem cidadã. Entre as 27 IES, foi possível observar que 14 criaram disciplinas que explicitamente discutem a cidadania e 11 fizeram com que alguma disciplina deste tipo fosse ministrada em caráter obrigatório, o que sugere o fato desta temática ter adquirido maior relevância nestas IES em vista das demais.

A cidadania foi contemplada em disciplinas como Ética, Legislação e Direitos Humanos e também em disciplinas que contemplavam outras linhas editoriais, como Jornalismo político e Jornalismo ambiental, e Comunicação alternativa ou comunitária,

local ou regional – o que não foi a regra, mas exceção, pois mesmo muitas universidades ofertando disciplinas de Ética ou de Comunicação comunitária, nem todas sugeriram em suas ementas que fossem abordar a cidadania explicitamente.

A fim de serem melhor visualizadas as ocorrências e repetições entre as palavras-chave que nomeiam as disciplinas encontradas, foi criada uma nuvem de palavras no Portal VisPublica Modelo de Visualização de Dados Públicos,⁴ em que, a partir do recorte de no mínimo cinco repetições – sendo que quanto maior o tamanho da fonte da palavra mais houve repetição – foi gerada a nuvem de palavras que se segue:

FIGURA 1 – NUVEM DE PALAVRAS BASEADA NOS TÍTULOS COMPLETOS DAS DISCIPLINAS



Fonte: Os autores (2018)

Evidencia-se os destaques para as palavras **Jornalismo, Obrigatória, Comunicação, Cidadania, Direitos Humanos, Ética, Mídia, Comunitária, Eletiva e Optativa**, o que ilustra a predominância, dentre as 14 IES que incluíram disciplinas relacionadas à cidadania, daquelas que inseriram disciplinas como obrigatórias em vista das que inseriram como optativa/eletiva, e, também, sugere-se que a cidadania esteja relacionada, principalmente, às temáticas em torno dos Direitos Humanos, da Ética, da Mídia e da Comunicação comunitária.

68

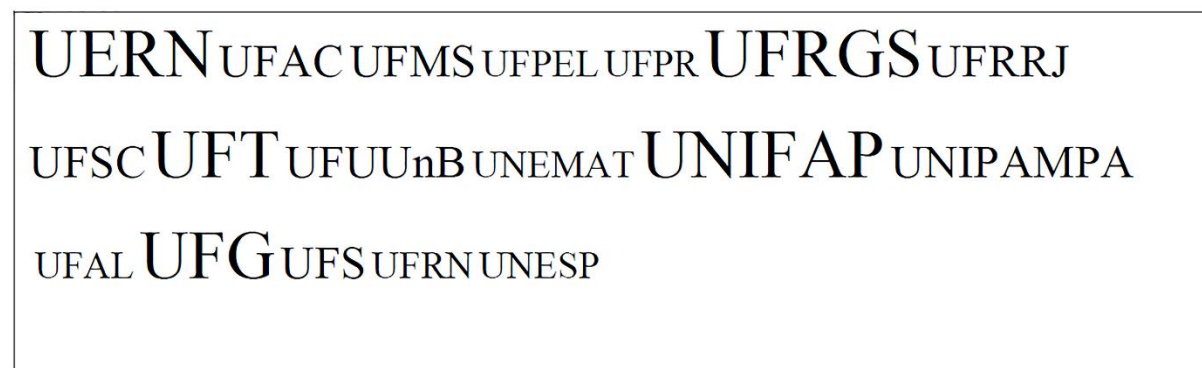
5 RESULTADOS

Baseadas na Resolução CNE/CES nº 1 de 27 de setembro de 2013, as Instituições de Ensino Superior (IES) pesquisadas reproduziram – em muitos casos literalmente – em seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) as orientações voltadas a formação do jornalista como uma agente da cidadania.

Não é com intuito de eleger as universidades mais cidadãs, ou mesmo aquelas que mais se preocuparam com esta temática, mas, a título de observação válida para a presente pesquisa, quando se contabiliza quantas vezes (em um recorte de no mínimo 5 repetições) cada IES foi mencionada nos agrupamentos de abordagens de cidadania e estratégias cidadãs incorporadas aos PPCs (apresentadas na seção anterior), obtém-se a nuvem de palavras que se segue:

⁴ Endereço eletrônico: <<http://vispublica.gov.br/vispublica/>>. Acesso em: 16 set. 2018.

FIGURA 2 – NUVEM DE PALAVRAS BASEADA NA QUANTIDADE DE MENÇÕES À CIDADANIA NO PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO



Fonte: Os autores (2018)

Observa-se que se destacam (em ordem alfabética): UERN, UFRGS, UFT, UNIFAP e UFG. Tais resultados sugerem possivelmente uma maior observação às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, em especial, no que tange ao discurso que reforçou o papel social e cidadão do Jornalismo, sobretudo, porque se vive um momento de ampliação da democracia e com isso das possibilidades de inclusão, relacionando-se também a cidadania às transformações advindas com as novas tecnologias de informação e comunicação. Esta análise revela, portanto, que as IES destacadas tiveram uma maior preocupação quanto a este aspecto, ou, melhor dizendo, revela o cuidado das equipes docentes que estruturaram o PPC de suas faculdades ao darem maior atenção à formação do jornalista para a cidadania.

A afirmação acima é amparada pela análise do conteúdo dos PPCs, que sugere também que a maioria das IES consideradas concordam que o jornalista deve ser formado tendo em vista sua atuação como agente da cidadania, conhecedor das conquistas históricas da cidadania e da democrática, e a sua função com o objetivo de comunicar para formar e informar. Nesse sentido, dialoga-se com o “comunicar para a educação”, proposto por Orozco Gómez (2014, p. 96), para quem a cidadania comunicativa é relevante e deve ser “tratada a partir da educação como um dos objetos mais preciosos da formação humana e democrática da atualidade”, o que aqui se aplica à formação do jornalista e à função social do Jornalismo como profissão.

Nesse sentido, como estratégia de uma formação para a cidadania, algumas das IES aqui consideradas (UEMG, UERN, UFG, UFPR, UFSM, UFMG, UnB, UNESP e UNIPAMPA) veem como alternativa também projetos que vão ao encontro da comunidade, como a extensão, o estágio, bem como a contribuição de cada faculdade no local em que está inserida, observando as peculiaridades da região e também da comunicação no seu contexto. Então, mais do que a teoria em disciplinas que contemplem a temática atendendo às orientações que regulamentam o bacharelado, a orientação nos PPCs sinaliza que a formação para a cidadania também se dá na prática e na troca entre Universidade e comunidade, e que é importante defrontar a realidade ainda na graduação, com a vivência em sociedade, para aí então se forma um Jornalista com uma mentalidade cidadã, apto a informar os diferentes públicos, conhecedor de diferentes realidades e que utilize a informação de maneira responsável como ferramenta de transformação.

Como pesquisa exploratória, este trabalho responde a algumas perguntas, mas também dá margem para que a discussão sobre a formação do jornalista voltada à cidadania continue. Apesar de identificadas algumas práticas com base nos PPCs, é sabido que os resultados efetivos só poderão ser avaliados na rotina em sala de aula e também após a conclusão da graduação das primeiras turmas que tiverem sua formação direcionada pelas novas Diretrizes Curriculares do bacharelado em Jornalismo – processo este que à época da coleta de dados para esta pesquisa (primeiro semestre de 2018) ainda se ensejava, devendo se consolidar nos próximos anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto apresentado, comunicação e cidadania – como categorias analíticas – só fazem sentido quando funcionam conjuntamente, são interdependentes, ou seja: é necessário comunicar de maneira cidadã e faz parte da cidadania o direito à informação e à comunicação. Para que a cidadania seja plena, o cidadão precisa ser empoderado por meio da comunicação, com autonomia e criticidade a respeito da ordem social de pertença – as informações sobre as questões políticas, civis e sociais que o cercam, as condições para uma cidadania que se queira praticar de forma ativa.

Pelas análises dos Projetos Pedagógicos de Curso das 28 Instituições de Ensino Superior pesquisadas, pode-se considerar que, em considerável medida, as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Bacharelado em Jornalismo de uma formação para a cidadania foram observadas, em muitos casos à risca (transcrevendo literalmente em seus PPCs trechos das DCNs). Nesse sentido também, identificou-se iniciativas e práticas diversas para atender às orientações da Resolução, tais como: a partir da criação de disciplinas, adaptação de disciplinas, projetos de extensão, no estágio e em outras formas de integração com a sociedade.

Em meio aos desafios enfrentados pelo jornalista no século XXI, sem dúvida um dos grandes está em comunicar para a educação, para o conhecimento, para a utilidade pública, diferenciar notícias comprometidas com a verdade de notícias falsas, interesses individuais do interesse público, e dar voz e vez aos diferentes cidadãos; atravessar as barreiras econômicas e políticas que cercam os monopólios da grande mídia e mostrar a realidade além, a diversidade do país, e fazer com que indivíduos (os mais diversos) se sintam cidadãos e de fato exerçam a cidadania.

Acompanhar as mudanças e as pressões de adaptação no Jornalismo não é tarefa fácil, mas para modificar a realidade da profissão, o caminho passa pela educação, a começar pelas escolas superiores, que formam os pesquisadores, professores e profissionais para o mercado e para as próprias universidades, que, de uma perspectiva crítica e formativa, devem estimular a consciência do seu papel social enquanto cidadãos e comunicadores “agentes da cidadania”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituições de educação superior e cursos cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso: 14 set. 2018.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. *Revista Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 27, n. 44, p. 85-101, 2. sem. 2005. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3942>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e Cidadania. In: DUARTE, Jorge. (Org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 95-115.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Trad. e pref. Jacques A. Wainberg. 2. ed. 3. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MELO, José Marques de. Desafios do Ensino do Jornalismo no século XXI. In: ALMEIDA, Fernando Ferreira; SILVA, Robson Bastos da; MELO, Marcelo Briseno Marques de (Org.). **O ensino de comunicação frente às Diretrizes Curriculares**. São Paulo: INTERCOM, 2015. 203 p. Disponível em: <<http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Ensino-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-frente-%C3%A0s-Diretrizes-Curriculares.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

MELO, José Marques de. **História do Jornalismo**: Itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação**: recepção midiática, aprendizagens e cidadania. Tradução Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.

PEREIRA, Fábio Henrique; MAIA, Kênia. O jornalista brasileiro face ao fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão: reagenciamento do repertório de legitimação profissional. *Trabajo y Sociedad*, Santiago del Estero, Argentina, n. 26, p. 35-50, verão 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387343599003>>. Acesso em 14 set. 2018.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela (Org.). **Cidadania Comunicacional**: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. 256p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2018.

ZUCULOTO, Valci. O profissional de jornalismo no Brasil contemporâneo – trajetória, atuação e necessidades da e para formação. In: ALMEIDA, Fernando Ferreira de; CARRILHO, Kleber; BASTOS, Robson (Org.). **Fórum Ensicom**: realidades e perspectivas do ensino de comunicação no Brasil. 1. ed. São Paulo: INTERCOM, 2017. 100-116p.